LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Neoenergia

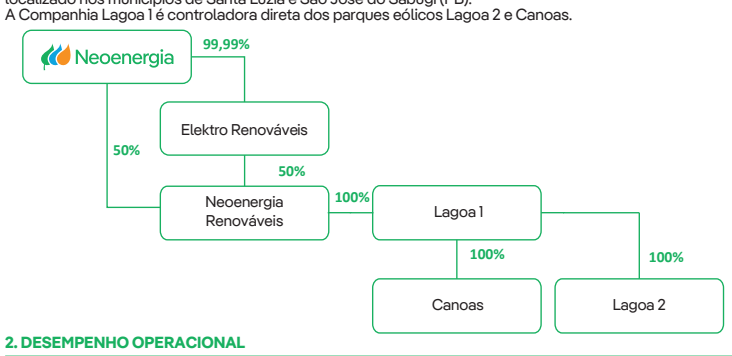
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2025, a Lagoa 1 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. LAGOA 1

A Companhia Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20° Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB).
A Companhia Lagoa 1 é controladora direta dos parques eólicos Lagoa 2 e Canoas.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.
O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com data de Ainício de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038.
Lagoa 1 possui 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 17,2 MWm. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição. No ano de 2025, o Parque Eólico gerou 140.036 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R$ mil [1]	2025	2024	Variação %
Receita Operacional Bruta	35.377	29.909	18,28
Receita Operacional Líquida	31.886	26.434	20,62
Lucro Operacional	49.200	41.423	18,77
EBITDA	57.128	48.466	17,87
Resultado Financeiro	(18.493)	(25.643)	(27,88)
Lucro Líquido	32.379	20.287	59,60
Margem Operacional (%)	154,30%	156,70%	(2,40)
Margem EBITDA (%)	179,16%	183,35%	(4,18)
Margem Líquida (%)	101,55%	76,75%	24,80

[1] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R$ mil [2]	dez/25	dez/24	Variação %
Ativo Total	626.071	618.715	1,19
Dívida Bruta	267.530	287.487	(6,94)
Dívida Líquida[3]	178.951	214.157	(16,44)
Patrimônio Líquido	263.640	252.442	4,44

[2] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida
[3] Dív ida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/25	dez/24	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	3,13	4,42	(29,11)

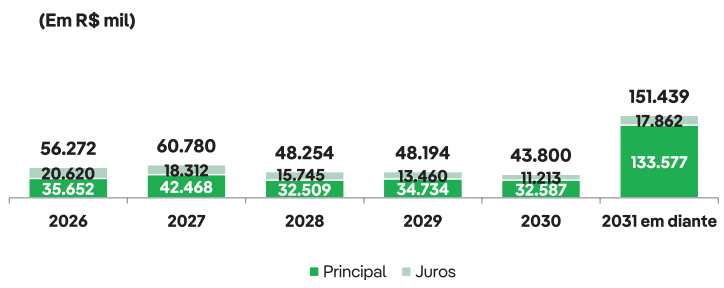
Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R$ mil [1]	2025	2024	Variação (R$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	32.379	20.287	12.092	59,60
Receitas financeiras (B)	11.411	3.883	7.528	193,87
Despesas financeiras (C)	(29.981)	(29.576)	(405)	1,37
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	77	50	27	54,00
Imposto de renda (E)	1.672	4.507	(2.835)	(62,90)
Depreciação e Amortização (F)	(7.928)	(7.043)	(885)	12,57
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	**57.128**	**48.466**	**8.662**	**17,87**

[1] Em milhares de Reais, execeto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortizações lineares ao longo dos anos e debêntures de infraestrutura.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.
Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R$ 19.162 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R$ 15.330 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R$ 3.832 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como relatório de asseguração limitada sobre Covenants.
A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Lagoa 1"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Lagoa 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Lagoa 1.
A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Lagoa 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.
Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	128.534	102.936	87.315	72.195
Contas a receber de clientes e outros	9	13.125	13.118	4.394	4.449
Tributos sobre o lucro a recuperar		323	1.033	32	739
Outros tributos a recuperar		197	157	52	29
Dividendos a receber	11	-	-	8.809	7.248
Outros ativos circulantes		495	935	304	771
Total do circulante		**142.674**	**118.179**	**100.906**	**85.431**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	6.743	6.444	1.264	1.135
Tributos sobre o lucro a recuperar		2.300	-	2.300	-
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	49.622	47.950	49.622	47.950
Depósitos judiciais	15.1	2.416	2.113	1.512	1.317
Outros ativos não circulantes		33	34	-	-
Investimentos em controladas	11	-	-	319.298	323.166
Imobilizado	12	449.267	472.942	150.423	159.205
Intangível		1.571	1.040	746	511
Total do não circulante		**511.952**	**530.523**	**525.165**	**533.284**
Total do ativo		**654.626**	**648.702**	**626.071**	**618.715**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	13	2.597	3.721	795	1.388
Empréstimos e financiamentos	14.1	36.528	30.110	36.528	30.110
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		154	168	51	56
Tributos sobre o lucro a recolher		664	438	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		666	717	369	357
Provisões e outras obrigações	15	9.283	11.538	2.980	5.113
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.2	74.604	58.241	74.604	58.241
Outros passivos circulantes		6.331	311	2.499	109
Total do circulante		**130.827**	**105.244**	**117.826**	**95.374**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14.1	231.002	257.377	231.002	257.377
Provisões e outras obrigações	15	29.126	33.610	13.593	13.510
Outros passivos não circulantes		31	29	10	12
Total do não circulante		**260.159**	**291.016**	**244.605**	**270.899**
Patrimônio líquido	16				
Atribuído aos acionistas da Companhia		263.640	252.442	263.640	252.442
Total do patrimônio líquido		**263.640**	**252.442**	**263.640**	**252.442**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**654.626**	**648.702**	**626.071**	**618.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Lucro líquido do exercício	**32.379**	**20.287**	**32.379**	**20.287**
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**32.379**	**20.287**	**32.379**	**20.287**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Receita operacional líquida	3	**98.337**	**82.169**	**31.886**	**26.434**
Custos dos serviços		**(50.402)**	**(39.829)**	**(17.507)**	**(12.886)**
Custos com energia elétrica	4	(8.729)	(4.682)	(2.714)	(1.456)
Custos de operação	5	(41.673)	(35.147)	(14.793)	(11.430)
Lucro bruto		**47.935**	**42.340**	**14.379**	**13.548**
Perda de crédito esperadas	9.1	-	(2)	-	(1)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.376)	(2.254)	(415)	(1.117)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	35.236	28.993
Lucro operacional		**46.559**	**40.084**	**49.200**	**41.423**
Resultado financeiro	6	**(12.134)**	**(20.009)**	**(18.493)**	**(25.643)**
Receitas financeiras		16.043	10.200	11.411	3.883
Despesas financeiras		(28.315)	(30.326)	(29.981)	(29.576)
Outros resultados financeiros, líquidos		138	117	77	50
Lucro antes dos tributos		**34.425**	**20.075**	**30.707**	**15.780**
Tributos sobre o lucro	7.1.	**(2.046)**	**212**	**1.672**	**4.507**
Corrente		(3.718)	(4.295)	-	-
Diferido		1.672	4.507	1.672	4.507
Lucro líquido do exercício		**32.379**	**20.287**	**32.379**	**20.287**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**32.379**	**20.287**	**32.379**	**20.287**
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	22.838	20.643	7.928	7.043
Baixa de ativos não circulantes	-	196	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(35.236)	(28.993)
Tributos sobre o lucro	2.046	(212)	(1.672)	(4.507)
Resultado financeiro, líquido	12.134	20.009	18.493	25.643
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(7)	(4.428)	55	(1.815)
Fornecedores e contas a pagar	(1.125)	(3.566)	(593)	(1.471)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(3.047)	(1.032)	(2.077)	(148)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	1.575	19.165	456	6.662
Outros ativos e passivos, líquidos	5.423	(1.261)	2.830	(494)
Caixa gerado nas operações	**72.216**	**69.801**	**22.563**	**22.207**
Dividendos recebidos	-	-	27.543	33.118
Encargos de dívidas pagos	(22.326)	(23.807)	(22.326)	(23.807)
Rendimento de aplicação financeira	16.304	10.184	11.785	3.944
Tributos sobre o lucro pagos	(2.686)	(2.841)	(88)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**63.508**	**53.337**	**39.477**	**35.462**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.580)	(5.843)	(1.448)	(4.985)
Resgate de títulos e valores mobiliários	610	125	31	22
Resgate de ações	-	-	10.000	48.000
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	**(4.970)**	**(5.718)**	**8.583**	**43.037**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	229	-	229
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(29.002)	(24.517)	(29.002)	(24.517)
Depósitos em garantias	880	9.745	880	9.745
Remuneração paga aos acionistas	(4.818)	(4.215)	(4.818)	(4.215)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	**(32.940)**	**(18.758)**	**(32.940)**	**(18.758)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**25.598**	**28.861**	**15.120**	**59.741**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	102.936	74.075	72.195	12.454
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	128.534	102.936	87.315	72.195
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão ambiental	882	288	376	60
Provisão de desmantelamento	6.265	1.854	2.005	618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e controladora

	Notas	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de Lucros: Reserva para Investimento	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**233.224**	**4.763**	-	**964**	-	**13.491**	**252.442**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.379	-	32.379
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	16.2	-	-	-	-	-	(13.491)	(13.491)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros	16.3	-	1.619	-	1.538	(3.157)	-	-
Remuneração aos acionistas	16.2	-	-	-	-	(29.222)	21.532	(7.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**233.224**	**6.382**	-	**2.502**	-	**21.532**	**263.640**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**233.224**	**3.749**	**3.747**	**49.676**	-	-	**290.396**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.287	-	20.287
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	16.2	-	-	(3.747)	(49.676)	-	-	(53.423)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros	16.3	-	1.014	-	964	(1.978)	-	-
Remuneração aos acionistas	16.2	-	-	-	-	(18.309)	13.491	(4.818)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**233.224**	**4.763**	-	**964**	-	**13.491**	**252.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Lagoa 1" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis S.A. (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20° Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB). A Lagoa 1 é controladora direta das Companhias e parques eólicos Canoas e Lagoa 2 (conjuntamente com a Lagoa 1, o "Grupo"). Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038. Lagoa 1 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 18,7 MW médios. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição.
As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Canoas	São José do Sabugi – PB	31,5	17,7	03/08/2015	03/08/2050
Lagoa 2	Santa Luzia – PB	31,5	17,5	03/08/2015	25/07/2050

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2025 apresentou capital circulante líquido ("CCL") negativo de R$ 16.920 na Controladora (R$ 9.943 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas controladores se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de Riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram ao Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de *commodities* metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos *covenants* financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxas de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de *commodities*:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **1.1.2 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não *performance*' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

***Ratings* de longo prazo em escala nacional**	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.3 Risco associados à geração de energia: A energia comercializada pela Companhia depende de variações do recurso eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio. **1.1.4 Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado: Data da vigência	Consolidado: Importância Segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	626.900
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	44.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	802.605
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* (*IFRS Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que a influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 06 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia e de todas as controladas. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferido
9.1	Perda de Créditos Esperada (PCE)
12.1	Imobilizado
15.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financ

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado					
	2025			2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(874)	(707)	(1.581)	(491)	(904)	(1.395)
Serviços de terceiros	(15.028)	(302)	(15.330)	(11.625)	(216)	(11.841)
Depreciação e amortização	(22.825)	(13)	(22.838)	(20.632)	(11)	(20.643)
Provisão para processos judiciais	-	(51)	(51)	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas [1]	(2.946)	(303)	(3.249)	(2.399)	(1.123)	(3.522)
Total	**(41.673)**	**(1.376)**	**(43.049)**	**(35.147)**	**(2.254)**	**(37.401)**

	Controladora					
	2025			2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(291)	(238)	(529)	(164)	(300)	(464)
Serviços de terceiros	(5.219)	(138)	(5.357)	(3.475)	(115)	(3.590)
Depreciação e amortização	(7.917)	(11)	(7.928)	(7.034)	(9)	(7.043)
Provisão para processos judiciais	-	(15)	(15)	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas [1]	(1.366)	(13)	(1.379)	(757)	(693)	(1.450)
Total	**(14.793)**	**(415)**	**(15.208)**	**(11.430)**	**(1.117)**	**(12.547)**

(1) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	16.304	10.184	11.785	3.944
(-) Tributos sobre receita financeira	(562)	(193)	(562)	(193)
Atualização de depósitos judiciais	-	206	187	129
Outras receitas financeiras	301	3	1	3
	16.043	**10.200**	**11.411**	**3.883**
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida [1]	(30.491)	(28.599)	(30.491)	(28.599)
Outras despesas financeiras [2]	2.176	(1.727)	510	(977)
	(28.315)	**(30.326)**	**(29.981)**	**(29.576)**
Outros resultados financeiros, líquidos				
Outras variações monetárias, líquidas	138	117	77	50
	138	**117**	**77**	**50**
Resultado financeiro líquido	**(12.134)**	**(20.009)**	**(18.493)**	**(25.643)**

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA e TJLP) e amortização de custos de captação; (2) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, IOF, entre outros. Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento, no valor de R$ 3.883 no Consolidado e R$ 1.302 na Controladora.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**34.425**	**20.075**	**30.707**	**15.780**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	**(11.705)**	**(6.826)**	**(10.440)**	**(5.365)**
Resultado de participações societárias	-	-	11.980	9.858
Diferença de presunção de base do lucro presumido	9.526	7.023	-	-
Outras adições (reversões)	133	15	132	14
Tributos sobre o lucro	**(2.046)**	**212**	**1.672**	**4.507**
Alíquota efetiva	6%	-1%	-5%	-29%
Corrente	(3.718)	(4.295)	-	-
Diferido	1.672	4.507	1.672	4.507

7.1.2 Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	**43.944**	**42.478**
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	666	615
Provisões para desmantelamento, ressarcimento e fornecedores	4.997	4.844
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	1	1
PLR	14	12
Total	**49.622**	**47.950**

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado e Controladora
	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**47.950**
Efeitos reconhecidos no resultado	1.672
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**49.622**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**43.443**
Efeitos reconhecidos no resultado	4.507
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**47.950**

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	Consolidado e Controladora				
	2028	2029	Entre 2030 e 2034	Entre 2035 e 2039	Entre 2040 em diante
Ativo fiscal diferido	2.413	4.365	11.866	16.251	14.727
Efeito líquido	**2.413**	**4.365**	**11.866**	**16.251**	**14.727**

7.1.3 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	7.633	7.100	2.745	2.195
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	14.202	-	14.202
Fundos de investimento	120.901	81.634	84.570	55.798
Total	**128.534**	**102.936**	**87.315**	**72.195**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
Carteira	2025	2024	2025	2024
Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	117.120	81.634	81.531	55.798
CDB	3.781	-	3.039	-
Total	**120.901**	**81.634**	**84.570**	**55.798**

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado					
	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	**13.103**	**(8)**	**13.095**	**13.126**	**(8)**	**13.118**
Terceiros	9.403	(8)	9.395	10.129	(8)	10.121
Partes relacionadas	3.700	-	3.700	2.997	-	2.997
Comercialização de energia na CCEE	**30**	**-**	**30**	**-**	**-**	**-**
Total	**13.133**	**(8)**	**13.125**	**13.126**	**(8)**	**13.118**

	Controladora					
	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	**4.386**	**(3)**	**4.383**	**4.452**	**(3)**	**4.449**
Terceiros	3.223	(3)	3.220	3.503	(3)	3.500
Partes relacionadas	1.163	-	1.163	949	-	949
Comercialização de energia na CCEE	**11**	**-**	**11**	**-**	**-**	**-**
Total	**4.397**	**(3)**	**4.394**	**4.452**	**(3)**	**4.449**

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado			
	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	13.031	(8)	12.577	(8)
Saldos vencidos:	**72**	**-**	**549**	**-**
90 dias	67	-	376	-
entre 91 e 180 dias	1	-	6	-
entre 181 e 360 dias	-	-	136	-
Acima de 361 dias	4	-	31	-
	13.103	**(8)**	**13.126**	**(8)**

	Controladora			
	2025		2024	
	Recebivel	Perdas de créditos esperadas	Recebivel	Perdas de créditos esperadas
A vencer	4.356	(3)	4.198	(3)
Saldos vencidos:	**30**	**-**	**254**	**-**
90 dias	29	-	130	-
entre 91 e 180 dias	1	-	2	-
entre 181 e 360 dias	-	-	120	-
Acima de 361 dias	-	-	2	-
	4.386	**(3)**	**4.452**	**(3)**

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**(8)**	**(6)**	**(3)**	**(2)**
Efeito reconhecido no resultado do exercício	-	(2)	-	(1)
Saldo final do exercício	**(8)**	**(8)**	**(3)**	**(3)**

9.2 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. **b) Estimativas e julgamento críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**6.444**	**5.931**	**1.135**	**1.044**
Resgate	(610)	(125)	(31)	(22)
Rendimentos	909	638	160	113
Saldo final	**6.743**	**6.444**	**1.264**	**1.135**

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% em 31 de dezembro de 2025 (98,86% em 31 de dezembro de 2024) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**323.166**	**375.059**
Equivalência patrimonial no resultado	35.236	28.993
Dividendos declarados	(29.104)	(32.886)
Resgate de ações	(10.000)	(48.000)
Saldo final do exercício	**319.298**	**323.166**

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**7.248**	**7.480**
Declarados	29.104	32.886
Recebidos	(27.543)	(33.118)
Saldo final do exercício	**8.809**	**7.248**

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

		Data-base	Ativo		Passivo			
Controladas	**Participação**	**Patrimoniais/ Resultado**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro líquido do exercício**
	100%	2025	24.756	152.030	10.044	6.670	160.072	18.835
CANOAS 1	100%	2024	18.810	160.120	7.889	9.166	161.875	15.613
	100%	2025	25.820	154.054	11.765	8.883	159.226	16.401
LAGOA 2	100%	2024	21.186	160.285	9.229	10.951	161.291	13.380

11.3 Política contábil material: Subsidiárias e coligadas: Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício de forma reflexa ao reconhecimento realizado por suas investidas. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

12. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado				
	Parques eólicos	**Construções e terrenos**	**Outros**	**Ativos em construção**	**Total**
Taxa de depreciação a.a.	**2,84% - 16,67%**	**3,03% - 4,72%**	**14,29%**	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**383.684**	**85.842**	**87**	**3.329**	**472.942**
Adições	-	-	-	5.580	5.580
Baixas [1]	(7.968)	-	-	-	(7.968)
Depreciação	(17.244)	(3.432)	(108)	-	**(20.784)**
Transferências entre classes	5.173	520	610	(6.303)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	(503)	**(503)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**363.645**	**82.930**	**589**	**2.103**	**449.267**
Custo	510.523	112.308	1.024	2.103	**625.958**
Depreciação acumulada	(146.878)	(29.378)	(435)	-	**(176.691)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**392.846**	**89.234**	**145**	**4.168**	**486.393**
Adições [1]	1.854	-	-	5.844	**7.698**
Baixas	(196)	-	-	-	**(196)**
Depreciação	(16.981)	(3.392)	(58)	-	**(20.431)**
Transferências entre classes	6.683	-	-	(6.683)	-
Transferências - outros ativos	(522)	-	-	-	**(522)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**383.684**	**85.842**	**87**	**3.329**	**472.942**
Custo	513.801	111.789	415	3.329	**629.334**
Depreciação acumulada	(130.117)	(25.947)	(328)	-	**(156.392)**

(1) O valor de R$ (7.968) (R$ 1.854 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a reavalição de provisão de desmantelamento conforme nota 15.2.

	Controladora				
	Parques eólicos	**Construções e terrenos**	**Outros**	**Ativos em construção**	**Total**
Taxa de depreciação a.a.	**2,87% - 16,67%**	**3,03% - 4,72%**	**14,29%**	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**143.019**	**14.528**	**42**	**1.616**	**159.205**
Adições	-	-	-	1.448	1.448
Baixas [1]	(2.571)	-	-	-	(2.571)
Depreciação	(6.555)	(618)	(49)	-	**(7.222)**
Transferências entre classes	1.317	523	406	(2.246)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(437)	**(437)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**135.210**	**14.433**	**399**	**381**	**150.423**
Custo	189.521	19.624	613	381	**210.139**
Depreciação acumulada	(54.311)	(5.191)	(214)	-	**(59.716)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**144.369**	**15.109**	**71**	**1.561**	**161.110**
Adições [1]	618	-	-	4.985	**5.603**
Depreciação	(6.376)	(581)	(29)	-	**(6.986)**
Transferências entre classes	4.930	-	-	(4.930)	-
Transferências - Outros ativos	(522)	-	-	-	**(522)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**143.019**	**14.528**	**42**	**1.616**	**159.205**
Custo	190.775	19.101	207	1.616	**211.699**
Depreciação acumulada	(47.756)	(4.573)	(165)	-	**(52.494)**

(1) O valor de R$ (2.571) (R$ 618 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a reavalição de provisão de desmantelamento conforme nota 15.2. **12.1. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Energia elétrica	447	518	162	162
Encargos de uso da rede	645	612	215	204
Materiais e serviços	1.505	2.591	418	1.022
Total	**2.597**	**3.721**	**795**	**1.388**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

14.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Agências de fomento	224.446	236.529	224.446	236.529
Mercado de capitais (debêntures)	43.084	50.958	43.084	50.958
Empréstimos e financiamentos [1]	**267.530**	**287.487**	**267.530**	**287.487**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(128.534)	(102.936)	(87.315)	(72.195)
Títulos e valores mobiliários (nota 10)	(6.743)	(6.444)	(1.264)	(1.135)
Dívida líquida	**132.253**	**178.107**	**178.951**	**214.157**

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. **14.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro (R$). **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Denominados em R$	**277.110**	**298.201**
Indexados a taxas flutuantes	277.110	298.201
	277.110	**298.201**
(-) Depósitos em garantia	(8.954)	(9.834)
(-) Custos de transação	(626)	(880)
	267.530	**287.487**
Passivo circulante	36.528	30.110
Passivo não circulante	231.002	257.377

Em 31 de dezembro de 2025 o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Custo médio em % CDI [1]	76,19%	89,80%
Custo médio em taxa pré	11,02%	9,80%
Saldo da dívida	**267.530**	**287.487**

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses. **b) Fluxo de pagamento futuros de dívida:** A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada subsidiária e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado e Controladora		
	Principal [1]	**Juros [1]**	**Total**
2026	35.652	20.620	56.272
2027	42.468	18.312	60.780
2028	32.509	15.745	48.254
2029	34.734	13.460	48.194
2030	32.587	11.213	43.800
Entre 2031 a 2035	133.577	17.862	151.439
Total	**311.527**	**97.212**	**408.739**

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 4,30 anos (4,81 anos em 31 de dezembro de 2024). **c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	**287.487**	**297.238**
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	-	229
Amortizações de principal	(29.002)	(24.517)
Pagamento de encargos de dívida	(22.326)	(23.807)
Depósitos em garantias	880	9.745
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	30.491	28.599
Saldo final do exercício	**267.530**	**287.487**

d) Condições restritivas financeiras (*Covenants*): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 100% dos seus contratos de dívidas com *covenants*. Seus principais *covenants* obrigam a manter certos índices, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o Resultado financeiro. As Controladas não identificaram nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual inferior	Medição [1] em 31.12.2025	Medição [1] em 31.12.2024
Lagoa 1			
ICSD	≥ 1,2	1,73	1,51
Consolidado Neoenergia S.A			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,41	3,45
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,46	2,51

(1) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras das Controladas e da Neoenergia S.A. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados a mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **e) Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

15. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Provisões para processos judiciais (nota 15.1.a)	1.998	1.844	1.959	1.804
Provisão para obrigações ambientais (nora 15.2)	1.318	781	520	259
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 15.2)	3.432	12.840	1.227	4.288
Provisões ressarcimentos (nota 15.2)	31.661	29.683	12.867	12.272
Total	**38.409**	**45.148**	**16.573**	**18.623**
Passivo circulante	9.283	11.538	2.980	5.113
Passivo não circulante	29.126	33.610	13.593	13.510

15.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	**Provisões fiscais**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**43**	**1.801**	**1.844**
Adições e reversões, líquido	(7)	-	(7)
Atualização monetárias	4	157	161
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**40**	**1.958**	**1.998**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**39**	**1.016**	**1.055**
Adições e reversões, líquido	-	467	467
Atualização monetárias	4	318	322
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**43**	**1.801**	**1.844**

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado provável destacamos: (i) Processos fiscais: • Ação ajuizada por Lagoa 1 e Lagoa 2 visando declarar a inexistência de relação jurídico-tributária e anular lançamento fiscal relativo às Taxas de Licença de Atividade Econômica do Município de Santa Luzia/PB, com pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Processos cíveis (i)	1.281	1.153	-	-
Processos fiscais (ii)	60.231	54.395	903	-
Total	**61.512**	**55.548**	**903**	**-**

Os processos relevantes cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada possível são conforme segue: (i) Processos cíveis: • Ação indenizatória decorrente do curso normal das atividades do parque eólico Canoas, referente a danos materiais e morais. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) Processos fiscais: • Ações referentes a demandas na esfera administrativa ou judicial, envolvendo ISS, bem como taxa de licença (alvará de funcionamento). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processos cíveis	24	26	1	2
Processos fiscais	2.392	2.087	1.511	1.315
Total	**2.416**	**2.113**	**1.512**	**1.317**

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 0,5% a.m., para os demais processos. **15.2 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. **(i) Provisão para litígios e passivos contingentes:** O valor rel

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.633	120.901	21.302	81.634
Títulos e valores mobiliários	-	6.743	-	6.444
Contas a receber de clientes e outros	13.133	-	13.126	-
	20.766	**127.644**	**34.428**	**88.078**
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	2.597	-	3.721	-
Empréstimos e financiamentos	267.530	-	287.487	-
Outros passivos financeiros	320	-	272	-
	270.447	**-**	**291.480**	**-**

CA – Custo amortizado. VJR – Valor justo por meio do resultado. **18.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7 (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	120.901	120.901	81.634	81.634
Títulos e valores mobiliários	6.743	6.743	6.444	6.444
	127.644	**127.644**	**88.078**	**88.078**

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	267.530	267.300	287.487	302.547

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025. **- Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. **- Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. **- Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	136.598	4.827	(693)	(1.397)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(43.287)	(4.947)	(266)	(532)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	9,19%	(233.823)	(26.512)	(3.223)	(6.446)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor-Presidente

DIRETORES

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Lagoa 1 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.540.697/0001-63, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Lagoa 1 relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Lagoa 1 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.
Fabiano Uchoas Ribeiro - **Diretor-Presidente**
Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Lagoa 1 Energia Renovável S.A., Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting* Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards*, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/NEOLAGOA1588435627032026.pdf
Hash:177457128033e23bf2ad7b4a2faa2787bd00ad2189